

## IDEALISMO, REALISMO E CETICISMO: CONCEPÇÕES DE MUNDOS POSSÍVEIS

IDEALISM, REALISM AND SKEPTICISM: CONCEPTIONS OF POSSIBLE WORLDS

*Pâmela S. M. Esteves<sup>1</sup>*

### RESUMO

O texto aborda as contribuições do pensamento idealista de Platão, do realismo de Maquiavel e do ceticismo de Montaigne a partir da possibilidade de construção de vários mundos possíveis. Trata-se de uma tentativa de olhar para Filosofia Política e resgatar os pensamentos clássicos da antiguidade à modernidade destacando suas contribuições normativas para a compreensão da vida social. A questão central que se pretende explorar é como esses pensadores clássicos concebem o conhecimento filosófico e qual a determinação que este possui na formulação de suas respectivas teorias políticas. Acredito que o atual momento político que estamos vivendo pode ser mais bem analisado se pensarmos na construção de novas realidades políticas que combinem um desejo idealista, uma atitude realista e em certas circunstâncias um olhar cético.

**Palavras-chave:** Idealismo, Realismo, Ceticismo e mundos possíveis.

### ABSTRACT

The text deals with the contributions of the idealistic thought of Plato, Machiavelli 's realism and skepticism of Montaigne from the possibility of building several possible worlds. It is an attempt to look for Political Philosophy and rescue the classical thoughts from antiquity to modernity highlighting their normative contributions to the understanding of social life. The central question that if you want to explore is how these classical thinkers conceive the philosophical knowledge and which determine that this has in the formulation of their respective political theories. I believe that the current political moment we are living can be better analyzed if we think the construction of new political realities that combine an idealistic desire, a realistic attitude and in certain circumstances a skeptical look .

**Key words:** Idealism , Realism, Skepticism and possible worlds.

*Eu entendo que os prazeres devem ser evitados se as dores forem a grande consequência, mas se as dores forem cobçadas, elas terminarão em prazeres maiores.*

Michel Eyquem de Montaigne

---

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: [pamella\\_pan@yahoo.com.br](mailto:pamella_pan@yahoo.com.br).

Seguindo a definição do Aurélio, um clássico representa um autor ou obra digna de imitação, composta por uma qualidade exemplar, podendo ser tradicional, costumeira ou habitual. Por tais palavras é possível caracterizar um clássico como um pensador que tornou perenes suas ideias e convicções. Embora como ressonâncias de um passado distante, as proposições de um clássico são recebidas por nós como sendo parte constitutiva de nossa realidade atual.

É nesse sentido que devemos entender o pensamento filosófico de Platão, Maquiavel e Montaigne – verdadeiros clássicos da Filosofia Política – homens que escreveram sobre assuntos ainda inconclusos nos nossos debates políticos contemporâneos. Suas obras suscitaram polêmicas *diaphonicas*, foram imitadas devido à tamanha genialidade que as constitui e sobreviveram ao tempo, ao espaço e principalmente a uma cultura de inovações de nossa suposta pós-modernidade.

Idealismo, realismo e ceticismo são respectivamente as correntes filosóficas a que pertencem os clássicos que compõe o presente estudo. A opção por estas deve-se a dois motivos, a saber: as visões de mundo e as concepções políticas fundamentalmente distintas que esses clássicos apresentam. A divergência de pensamentos se configura em uma importante premissa para os objetivos dessa análise, pois a questão que me proponho a desenvolver nas laudas que se seguem consiste na articulação do pensamento desses três clássicos da Filosofia Política a partir da seguinte indagação: como esses pensadores concebem o conhecimento filosófico e qual a determinação que este possui na formulação de suas respectivas teorias políticas?

Dito de outra maneira, minha preocupação nesse estudo visa a responder qual é a concepção de mundo que está por trás da Filosofia Política de Platão, Maquiavel e Montaigne. Para melhor compreensão divido este texto em duas partes encadeadas. Na primeira parte apresento de forma sucinta uma interpretação da concepção de conhecimento presente no pensamento dos clássicos referidos, e na segunda parte me concentro em investigar como se estrutura a teoria política dos mesmos. Ressalto que o resgate do pensamento político clássico é fundamental para compreender/analisar momentos de crise política como o que estamos vivenciando atualmente.

É importante salientar que essa abordagem se constitui em um ensaio filosófico, e como tal, não há nenhuma pretensão em seguir rigorosamente uma metodologia que culmine em alguma forma de pragmatismo. O que proponho é uma interpretação de "modos de fazer

mundos” e de identificar nessa multiplicidade de mundos as teorias políticas que sobreviveram ao tempo histórico que foram “fabuladas”.

## I

Qual a concepção de conhecimento presente na filosofia platônica? Como tentativa de responder a essa complexa questão, iniciarei pelo método como Platão nos apresenta suas ideias: os diálogos. A opção de Platão pela hermenêutica socrática nos indica que a ciência, ou seja, o conhecimento racional não deve ser buscado apenas em estantes de bibliotecas, não deve ser visto e entendido como uma atividade exterior à alma. O verdadeiro conhecimento encontra-se no interior humano, e deve ser descoberto, inventado. Assim, a indagação socrática aos seus interlocutores estimulava a procura desse conhecimento inato, interior.

As dificuldades inerentes aos diálogos, entendidos como método de apreensão do conhecimento, acabam por inculcar no leitor de Platão um esforço pessoal muito intenso, por esse motivo, os diálogos permitem a separação dos homens aptos para o conhecimento, aqueles que são capazes de compreendê-lo, da maioria não apta, aqueles que não conseguem compreender. Essa é a primeira premissa platônica – o conhecimento, a filosofia, a ciência não são acessíveis a todos. Os diálogos se constituem nos verdadeiros ensinamentos filosóficos e aqueles que conseguem compreender suas complexidades são os componentes de uma elite condenada a solucionar os problemas políticos da *polis* grega.

Assim, a concepção de conhecimento do platonismo é seletiva e fundamentada na alma. A teoria da migração das almas de Pitágoras constitui-se no elemento fundante do dualismo platônico corpo/alma. No mundo das almas o conhecimento é pleno, inato, e quando esta entra em contato com o corpo material ocorre à corrupção. Somente a razão é capaz de resgatar o conhecimento puro do mundo das almas, e assim, afastá-la da *doxa*.

Dessa maneira, pode-se afirmar sem receio que a filosofia platônica é afastada do mundo real. O eleatismo de Parmênides influenciou de modo decisivo o idealismo platônico. “O ser não é” – eis o fundamento da doutrina do conhecimento platônico que reconhece na *doxa* uma incapacidade de mobilizar concepções corretas acerca do mundo. Os assuntos que cabem à

opinião não são reais porque são captados através dos sentidos. Em detrimento da *doxa*, o *logos* permite o acesso ao conhecimento efetivo por ser de sua natureza afastar-se dos sentidos.

Somente os filósofos são capazes de adquirir o *logos* e se afastarem da *doxa*, e para que isso seja possível os diálogos formam um método através do qual se realizam os ensinamentos políticos. Mas, por que políticos? Ora, toda concepção filosófica de Platão foi determinada por um acontecimento eminentemente político – a condenação de Sócrates – um trauma que tornou o platonismo uma brilhante filosofia política.

Platão, assim como Sócrates, parte do conhecimento empírico, sensível, da opinião do vulgo e dos sofistas, para chegar ao conhecimento intelectual, conceptual, universal e imutável. A *gnosologia* platônica, porém, tem o caráter científico, filosófico, que falta à *gnosologia* socrática, ainda que as conclusões sejam, mais ou menos, idênticas. O conhecimento sensível deve ser superado por outro conhecimento, o conhecimento conceitual porquanto no conhecimento humano efetivamente apresentam-se elementos que não se podem explicar mediante a sensação.

O conhecimento sensível, particular, mutável e relativo, não pode explicar o conhecimento intelectual, que tem por sua característica a universalidade, a imutabilidade, o absoluto (do conceito); e ainda menos pode o conhecimento sensível explicar o dever ser, os valores de beleza, verdade e bondade, que estão efetivamente presentes no espírito humano e se distinguem diametralmente de seus opostos: fealdade, erro e maldade. O sentido, assim, não pode operar por si mesmo.

Segundo Platão, o conhecimento humano integral fica nitidamente dividido em dois graus: o conhecimento sensível, particular, mutável e relativo, e o conhecimento intelectual, universal, imutável, absoluto, que ilumina o primeiro conhecimento, mas que dele não pode derivar. A diferença essencial entre o conhecimento sensível, a opinião verdadeira e o conhecimento intelectual, racional em geral, está nisto: o conhecimento sensível, embora verdadeiro, não sabe que o é, donde pode passar indiferentemente ao diverso de si, cair no erro sem o saber; ao passo que o segundo, além de ser um conhecimento verdadeiro, sabe que o é, não podendo de modo algum ser substituído por um conhecimento diverso, errôneo. Poder-se-ia também dizer que o primeiro sabe que as coisas estão assim, sem saber por que o estão, ao passo

que o segundo sabe que as coisas devem estar necessariamente assim como estão, precisamente porque é ciência, isto é, conhecimento das coisas pelas causas.

Aqui devemos lembrar que Platão, diversamente de Sócrates, dá ao conhecimento racional, conceitual, científico, uma base real, um objeto próprio: as ideias eternas e universais, que são os conceitos, ou alguns conceitos da mente, personalizados. Do mesmo modo, dá ao conhecimento empírico, sensível, à opinião verdadeira, uma base e um fundamento reais, um objeto próprio: as coisas particulares e mutáveis, como as concebiam Heráclito e os sofistas.

Deste mundo material e contingente, portanto, não há ciência, devido à sua natureza inferior, mas apenas é possível, no máximo, um conhecimento sensível verdadeiro - opinião verdadeira - que é precisamente o conhecimento adequado à sua natureza inferior. Pode haver conhecimento apenas do mundo imaterial e racional das ideias pela sua natureza superior. Este mundo ideal, racional - no dizer de Platão - transcende inteiramente o mundo empírico, material, em que vivemos.

Devemos relembrar sempre que a Filosofia Política de Platão nasce de um trauma – a condenação de Sócrates. Esse acontecimento foi preponderante para a formulação de uma das principais premissas do platonismo, a ideia de que só há uma maneira do filósofo viver seguro na cidade, governando-a. A cidade tem algo que Platão abomina: a indeterminação que resulta no conflito, este último tão aclamado pelos sofistas.

A teoria política de Platão tem como projeto a reforma da cidade, porque a cidade que condenou Sócrates é uma cidade má e doente. Os homens que julgaram e condenaram Sócrates não possuíam o conhecimento racional verdadeiro, ao contrário, o conhecimento desses homens era sensível, relativo, passível de cair no erro. Os filósofos são os verdadeiros sábios, os únicos detentores do conhecimento intelectual-racional e por isso devem se tornar reis e devem ser os chefes da cidade.

Platão adverte que deve se tomar cuidado para não confundir o filósofo com um sofista. O ensino sofístico forma o orador público, que é uma falsificação do homem de Estado. O sofista é a falsificação do verdadeiro filósofo, como o tirano é a falsificação do verdadeiro chefe do Estado: há uma imensa solidariedade entre a tirania e a sofística. (KOYRÉ, 1988).

O idealismo platônico aparece na configuração de um cenário que seria a cidade perfeita, comandada pelos reis-filósofos, uma elite intelectual formada na Academia. Toda essa invenção

de mundo, de um dever ser, compõe o projeto político presente em *A República*. Nessa eminente obra Platão idealiza uma cidade, na qual dirigentes e guardiões representam a encarnação da pura racionalidade. Neles encontra discípulos dóceis, capazes de compreender todas as renúncias que a razão lhes impõe, mesmo quando duras. O egoísmo está superado e as paixões, controladas. Os interesses pessoais se casam com os da totalidade social, e o príncipe filósofo é a tipificação perfeita do demiurgo terreno.

Para Platão, o ideal humano se realizava na figura do cidadão filósofo, livre das incumbências da sobrevivência, constituindo um ideal altamente elitista. Para além de todas as utopias da sua república ideal, da figura dos reis filósofos, devemos apreciar o ideal ético de Estado e o esforço de Platão para desvendar os vínculos que ligam os destinos das pessoas ao destino da cidade.

Em Platão a Filosofia é ética, dialética, metafísica, teologia, antropologia, estética; e é também cosmologia e pedagogia; é, sobretudo política, ou melhor, crítica social. É por isso que ele foi considerado quase um deus por Plotino e a escola neoplatônica, foi traduzido para o Cristianismo por santo Agostinho, e continua dando, ainda hoje, pistas válidas de reflexão filosófica.

## II

Em contrapartida, o realismo experimental presente na Filosofia Política de Maquiavel identifica que os problemas sociopolíticos devem ser resolvidos com as ferramentas que a História possibilita. Não há no pensamento de Maquiavel um projeto de ideal a ser atingido através de reformas comandadas por uma elite, como se estrutura a Filosofia Política platônica. No realismo de Maquiavel o poder político é mundano e pode ser exercido por qualquer cidadão que possua *virtù e fortuna*. A preocupação de Maquiavel é com a desordem proveniente da imutabilidade da natureza humana.

O pensamento de Maquiavel nos é apresentado de forma *diaphonica*. Muitos estereótipos foram criados a seu respeito, tais como: mestre da maldade, conselheiro que alerta os dominados contra a tirania, inescrupuloso, astuto, realista. Por que esse florentino despertou tanto ódio e ao

mesmo tempo tanta admiração? O que há em sua Filosofia Política que suscita interpretações tão polissêmicas?

Maquiavel rejeita toda a tradição “idealista” de Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, e segue a trilha inaugurada pelos historiadores antigos, como Tácito, Tucídides e Tito Lívio. Ao contrário dos complexos diálogos platônicos, Maquiavel concentra-se na realidade concreta das coisas, trata de ver e examinar a realidade tal como ela é e não como gostaríamos que fosse, interessa-se mais pelo ser que pelo atributo normativo do dever ser.

A Filosofia do conhecimento de Maquiavel fundamenta-se na necessidade de tornar a vida social possível. Através de uma análise política, desvendar as práticas necessárias para evitar a instabilidade e o caos. Nesse sentido, é perfeitamente possível considerar Maquiavel um pensador sociopolítico que tem a História como objeto de investigação.

O conhecimento em Maquiavel é estritamente político, inviabilizando qualquer tentativa metafísica ou religiosa. Sempre guiado pelo realismo político, pela ânsia da “verdade efetiva”, Maquiavel defende a ideia de uma natureza humana imutável, porém, sendo que a história que essa humanidade faz é variável e imprevisível. Por isso, o estudo do passado não é um exercício de mera erudição e nem a história uma simples conformidade de eventos, mas um desfile de fatos dos quais se deve extrair as causas e os meios utilizados para enfrentar o caos resultante das ações volúveis e covardes dos homens. Essa maneira de entender o conhecimento está baseada no método experimental que se estrutura na observação empírica da realidade.

A negação de um conhecimento idealista, a ênfase no ser e a descrença no dever ser estão relacionadas à rejeição dos valores cristãos. Trata-se de uma emancipação da política no que consiste a valores éticos e religiosos, uma diferenciação entre dois ideais incompatíveis de vida, duas moralidades - uma pagã e outra cristã. O tipo de sociedade que Maquiavel desejava ver surgir tem como amálgama os valores pagãos da coragem, vigor, ordem, disciplina, justiça, força. O Cristianismo introduz outro tipo valorativo baseado na caridade, misericórdia e sacrifício, tais valores são na filosofia de Maquiavel os verdadeiros obstáculos à construção de uma sociedade politicamente forte e ordenada.

Isso não significa que a religião tinha de ser abolida, pelo contrário, a religião tem um papel muito forte de coesão social, entretanto, no mundo da política os valores religiosos não são necessários. Os seres humanos são ingratos, volúveis, covardes ante os perigos, e ávidos de lucro.

Se isso fosse diferente, talvez se pudesse criar uma sociedade cristã ideal. Mas Maquiavel deixa claro que para isso os seres humanos teriam de ser muito diferentes do que sempre foram, e é certamente inútil para o pensamento realista construir um futuro para seres que não podem existir sobre a Terra, dada a imutabilidade da natureza humana.

Portanto, há de se convir que a Filosofia do conhecimento maquiaveliana está enraizada na vida ordinária dos homens. O que tem de ser feito deve ser definido com base no que é praticável e não imaginário, a arte de governar diz respeito à ação dentro dos limites da possibilidade humana.

A teoria política de Maquiavel se inscreve na necessidade de se evitar o caos e a instabilidade. Vivendo em um cenário conturbado na república de Florença, num período que a maior parte dos governantes não conseguia se manter dois meses no poder, Maquiavel nota a presença inevitável em todas as sociedades de duas forças opostas, “uma das quais provém de não desejar o povo ser dominado e oprimido pelos grandes, e a outra de quererem os grandes dominar e oprimir o povo” (MAQUIAVEL, 1994). O problema político a que se dedica Maquiavel consiste em encontrar mecanismos que imponham a estabilidade nas relações, que sustentem uma determinada correlação de forças. Em última instância, trata-se de se evitar a anarquia.

Maquiavel sugere então que as soluções para conter a anarquia devem vir de estratégias políticas. Assim, o florentino aponta dois tipos de regimes: o principado e a república. Novamente em oposição à Filosofia política idealista do pensamento platônico, Maquiavel ressalta que a escolha de uma ou da outra forma institucional não depende de um mero ato de vontade, ou de considerações imaginárias, abstratas e idealistas sobre o regime, mas da situação concreta.

Isso reforça que o realismo experimental que estrutura a concepção de conhecimento de Maquiavel está na base de sua Filosofia política. Pois a visão de um mundo ordinário, onde as práticas históricas são simultaneamente monumentos e instrumentos políticos, retornam sempre como enigmas complexos que só podem ser decifrados pela análise de sua presença concreta e de sua *verità effettuale*.

Há ainda outro ponto fundamental de divergência entre a Filosofia platônica e a de Maquiavel – o conflito. No platonismo o conflito é uma patologia, a república de Platão possui

um ideal normativo. Diferente dessa concepção a república de Maquiavel deseja a presença dos conflitos, entende-os como fonte de vigor, sinal de uma cidadania ativa.

E quanto a Montaigne? Como se estrutura sua concepção de conhecimento? A Filosofia de Montaigne não consiste apenas na invenção de um gênero moderno, o ensaio, mas também de uma nova postura existencial e mental: a Filosofia cética de Montaigne alegava despreensão no alinhamento não sistemático de suas ideias e opiniões a respeito dos mais diversos assuntos, mas o tom aristocrático, de observador quase impassível, é mais um tom do que uma realidade. De dentro de seu castelo, no fim do século XVI, Montaigne criticava o teatro do mundo, não deixando escapar nenhum tema sequer – e isso fez dos *Ensaaios* um livro que nunca terminamos de ler, tal sua variedade e ousadia.

Os *Ensaaios* compõem uma mistura de temas, de acasos, assuntos aleatórios sem nenhuma proximidade e semelhança. Tal estilo literário nos permite analisar a concepção de conhecimento de Montaigne como algo imerso em uma percepção de mundo intencionalmente fragmentada. Trata-se de uma nova teoria da autoria, onde o autor é o próprio indivíduo, um sujeito que habita circunstâncias históricas, que observa o mundo e escreve sobre suas observações e experiências de vida.

Na concepção de Montaigne o sujeito é circunstanciado, sendo a circunstância o lugar da inscrição humana. A origem dessa percepção não totalizante do mundo tem suas origens no ceticismo grego. O ceticismo como concepção filosófica, e não como uma série de dúvidas relativas a crenças religiosas tradicionais, funda-se em um conjunto de argumentos, estabelecendo que nenhuma forma de conhecimento é possível; ou que, não há evidência adequada para determinar se alguma forma de conhecimento é ou não possível e que, portanto, devemos suspender o juízo acerca de todas as questões relacionadas ao conhecimento (POPKIN, 2000).

Montaigne é o pensador que inaugura o ceticismo no mundo moderno. Influenciado pelas leituras de Pirro, Montaigne vai adotar uma concepção de conhecimento cética e pirrônica. Tal concepção indica uma visão de mundo não dogmática, um sujeito que segue inclinações naturais, que percebe leis e costumes e jamais se compromete com qualquer juízo acerca disso.

O ceticismo pirrônico de Montaigne é uma Filosofia que nasce da observação crítica de outras filosofias, sendo uma espécie de observação etnográfica que o cético faz acerca do que

dizem os múltiplos e variados discursos filosóficos. Entre os muitos conflitos resultantes do prisma de discursos, o cético se abstém de posicionar-se e apenas investiga a natureza dos conflitos, sem inserir-se neles.

Na sua obra, Montaigne mostra uma abertura da mente e uma receptividade às ideias mais audaciosas e começa a questionar as raízes de costumes e de valores comumente aceitos. Assim, por exemplo, o ensaio "Dos canibais" compara a civilização europeia com as sociedades recentemente descobertas das Américas, com desvantagem para a primeira, e termina com uma implícita justificação da igualdade política e econômica. Em outros ensaios, Montaigne sujeita os processos inadequados da Lei a um exame afiado: as punições cruéis, a tortura, e a perseguição das bruxas são condenadas pela racional e persuasiva ironia do autor, a tolerância é colocada como um ideal positivo, através da exposição dos absurdos da intolerância.

Do ponto de vista da Filosofia Política, Montaigne enfatiza a ideia de bem público. Nas palavras do autor:

Deixemos de parte essa longa comparação da vida solitária com a ativa. E, quanto ao belo dito, em que se encobrem a ambição e a avareza, 'que nós não nascemos para o particular, senão para o público, apelemos atrevidamente para os que estão na dança; e digam eles, com a mão na consciência, se, pelo contrário, as funções, os cargos e essa azáfama do mundo, não se procuram, antes, para tirar do público o proveito particular de cada um' (MONTAIGNE, 1961, p. 162).

Podemos somar a esse comentário de um realismo empírico claro as várias alusões ao "ofício" público como aquele que requer maior maleabilidade moral. No texto "Do útil e do honesto" - *"o bem público requer que se traia, se minta e se massacre; consignamos esta incumbência à gente mais obediente e mais maleável"* (MONTAIGNE, s/d, 82). Logo no terceiro parágrafo desse texto, Montaigne toma distância da doutrina estoica: aquela natureza organizada por uma racionalidade atemporal como destino, essa natureza que não prevê nenhuma "inutilidade" dos estoicos, não dá conta das paixões, da crueldade, da própria nulidade dos atos humanos, não explica a imperfeição de nosso edifício público ou privado.

Claro que, desse ponto de vista empírico assumido pelo autor, não podemos deixar de ver como os vícios e as atitudes ilegítimas e desonestas têm função no cimento da sociedade, em sua costura. Estamos, então, em um terreno fundado por Maquiavel, aquele da política como arte humana, sem qualquer fundamento maior, sem um *logos* organizador. Não há um recobrimento

total, dado pela perspectiva de um destino teleológico, das ações úteis e das honestas - "nisso sigo o vulgo que distingue o útil do honesto" - há apenas o contingente, preso à pergunta maquiaveliana pelo útil, embora recoberto pela aparência de honesto.

Entretanto, a esse aparente "maquiavelismo" Montaigne volta a ajuntar argumentos retomados ao estoicismo antigo: a justiça divide-se em "a justiça em si, natural e universal" e "a justiça especial, nacional, condicionada a necessidade das comunidades políticas". Divide-se em uma Justiça vista de uma perspectiva divina, atemporal, incondicional e sempre igual a si mesma, e uma justiça menor, condicionada às situações concretas.

Empiricamente, na história, Maquiavel mostra, descreve como a "costura" do edifício social pode ser avessa àqueles preceitos que todos reconhecem como honestos. Talvez seja para marcar sua posição anti-maquiaveliana que Montaigne acrescenta na terceira edição dos *Ensaio*s dois parágrafos que bem servem como comentário ao ato do príncipe de Maquiavel:

E mesmo para aqueles que nada valem, é tão doce, tendo tirado proveito de uma ação viciosa, poder depois nela costurar com toda a segurança algum traço de bondade e justiça, como à guisa de compensação para a consciência. Além disso, encaram os instrumentos de tais horríveis malefícios como gente que disso os acusa. E procuram com sua morte abafar o conhecimento e o testemunho de tais manobras (MONTAIGNE, s/d, p. 94-95).

Mas é claro que Montaigne não pode ficar surdo à constatação empírica de Maquiavel: nem sempre é a atitude legítima que serve melhor ao bem público. O próprio Montaigne já havia reconhecido o lugar do "vício" no âmbito social; a importância das "sementes de crueldade" para a espécie humana. Nesse horizonte em que todas as situações são sempre particulares, irredutíveis a uma lógica, a um *telos*. Nesse horizonte demarcado por Maquiavel, em que não há qualquer acesso ao fundamento, ao "honesto" em si, os casos limítrofes não podem ser subsumidos a uma regra, e também não temos como recorrer a uma "autoridade" de tipo estoico.

É interessante perceber que parece ser o mesmo golpe do acaso, a mesma fortuna que impele Montaigne para a vida privada, dando-lhe plenas condições de fiar-se por sua consciência e seus costumes, a que empurra o príncipe para a desonra útil. Tanto o "honesto" quanto o "útil" não são ideias inscritas em uma natureza racional, mas acontecimentos empíricos. Não há como escapar, nos textos de Montaigne, ao movimento do mundo, não parece ser possível uma justiça,

uma honestidade, que não sejam marcadas pelo corpo social, pelos acontecimentos descontínuos da vida.

### **Considerações Finais**

Minha intenção nesse estudo foi refletir acerca das concepções de mundo (conhecimento) que estruturam a Filosofia Política dos três clássicos citados. O que pude constatar é que há dois projetos de mundo distintos, um idealista, do dever ser, expresso na Filosofia platônica. O outro é realista, experimental, empírico e histórico, inscrito na Filosofia de Maquiavel. Esses são os extremos, os contrários, as verdadeiras antíteses de dois mundos possíveis.

Quanto a Montaigne, posso colocá-lo no meio termo. Ora, os céticos por se absterem de julgamentos sempre são batizados de relativistas. Mas, na minha humilde percepção, o ceticismo de Montaigne é diferente, é um ceticismo circunstancial, que vive das experiências e circunstâncias humanas, e que a partir disso constrói toda uma base fragmentada do conhecimento humano. Não há no pensamento de Montaigne um idealismo expresso no *telos* da perfeição, porém, também não há um realismo ordinário e justificado pela busca de pacificação e ordem.

Por essas razões considero a Filosofia Política montaigneana mais coerente, porque com o patamar de uma suposta pós-modernidade que nós seres humanos construímos, agimos de acordo com as circunstâncias que nos são apresentadas e a partir disso experimentamos erros e acertos, e assim como Montaigne escrevemos com base nessas experiências, criamos a todo tempo os nossos próprios ensaios, as nossas próprias teorias da autoria.

O que falta então? Falta o que muito bem fez Montaigne. Transformar toda essa reflexividade em pensamentos críticos. Acredito que tais pensamentos funcionam como base de projetos políticos. Como lembrou Simmel, ideias não são inúteis, as ideias decantam e tornam mundos possíveis. Por isso tais projetos podem ter um idealismo platônico, porque não? Muitas teorias do dever ser se realizaram e hoje configuram o nosso cenário político. Da mesma forma, podem ter o realismo de Maquiavel, estudando os erros históricos para não repeti-los. Mas o que é fundamental é que esses projetos não sejam dogmatizados, que estejam sempre inscritos em circunstâncias, sendo assim, passíveis de transformação, quando necessário.

## Referências

GOODMAN, Nelson. “Palavras, Obras, Mundos”, in *Modos de Fazer Mundos*. Porto, Edições ASA, 1995.

KOYRÉ, A. *Introdução à Leitura de Platão*. Lisboa, Editorial, 1979

MAQUIAVEL, N. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, Ed UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Príncipe*. Brasília, Ed UnB, 1992.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. 3 vols. São Paulo. Martins Fontes. 2000-2002.

\_\_\_\_\_. *Ensaaios. Antologia*. Lisboa. Relógio d'Água, s/d.

\_\_\_\_\_. *Sobre a Vaidade*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Do Arrependimento*. Lisboa. Ed. Agostinho da Silva, 1985.

PEREIRA, O. P. “O Conflito das Filosofias”, in PRADO JR., B. e PEREIRA, O. P. (Orgs.), *A Filosofia e a Visão Comum do Mundo*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

PLATÃO. *A República*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 2001.

POPKIN, Richard. *História do ceticismo de Erasmo a Espinosa*. Tradução de Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.